

INCLUSÃO E PRÁTICA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL: CONSTRUÇÃO DOS PROJETOS POLÍTICOS PEDAGÓGICOS NAS ESCOLAS ESTADUAIS EM JUAZEIRO (BA)

Neemias da Silva Souza¹

Ricardo José Rocha Amorim²

Dinani Gomes Amorim³

RESUMO: O aumento das crises ambientais, com a exploração inadequada dos recursos naturais, contaminação, poluição e degradação ambiental, tem despertado a atenção de diferentes atores sociais. Como a educação é considerada um dos principais meios de construção de conhecimento e formação do cidadão, as escolas possuem papel fundamental na promoção de atitudes e ações mais responsáveis dos estudantes frente aos assuntos de preservação da natureza. A presente pesquisa tem por objetivo analisar como os Projetos Políticos Pedagógicos das escolas públicas da cidade de Juazeiro-BA abordam as questões ambientais. Com método qualitativo e caráter documental, a pesquisa debruça sobre a legislação vigente e vivência escolar.

Palavras-chave: Educação Ambiental; Interdisciplinaridade; Sustentabilidade.

ABSTRACT: The increase in environmental crises, with the inadequate exploitation of natural resources, contamination, pollution and environmental degradation, has attracted the attention of different social actors. As education is considered one of the main means of building knowledge and training citizens, schools play a fundamental role in promoting more responsible attitudes and actions by students in relation to nature preservation issues. This research aims to analyze how the Pedagogical Political Projects of public schools in the city of Juazeiro-BA address environmental issues. With a qualitative method and documentary character, the research focuses on current legislation and school experience.

Keywords: Environmental Education; Interdisciplinarity; Sustainability.

¹ Universidade do Estado da Bahia. E-mail: neemiasilva2@hotmail.com

² Universidade do Estado da Bahia. E-mail: amorim.ricardo@gmail.com.

³ Universidade do Estado da Bahia. E-mail: dinaniamorim@gmail.com.

Introdução

A Educação Ambiental (EA) é caracterizada por ser elemento importante na formação educativa do homem no processo de formação da cidadania. O papel da Educação Ambiental na sociedade deve ser entendido como uma ação multiplicadora, podendo ser agregada a cada nova ferramenta de aprendizagem do indivíduo. Esta ação não se deve limitar aos conceitos ou competências sociais, mas deve agir de maneira interdisciplinar, interligando diversas áreas do conhecimento humano. Ante a sua funcionalidade, torna-se importante salientar o seu valor no espaço escolar, sendo um dos principais meios de formação do cidadão.

As diretrizes pedagógicas que abarcavam os conteúdos relacionados ao contexto ambiental foram intensificadas a partir da década de 1990, nas instituições de educação formal através da portaria do Ministério da Educação – MEC nº 678/1991, que determinou a complementação ambiental por meio dos programas pedagógicos nas mais variadas modalidades.

Segundo os Parâmetros Curriculares (PCN), a Educação Ambiental possibilita a compreensão social, integração no ensino, valorização da pluralidade e a aprendizagem, produzindo conhecimento coletivo e incentivando a participação do aluno na construção social. (BRASIL, 1997)

Desse modo, ainda segundo os PCN's e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) a prática ambiental nas escolas, devem ser tratadas com apoio, acompanhamento e objetivo da comunidade escolar como um todo, agindo de forma transversal em suas estratégias. Por ter característica interdisciplinar, os conteúdos que abordam a temática da EA, muitas vezes, deixam de ser abordados nas classes e nas formulações dos Projetos Políticos Pedagógicos - PPP's e nos Planos Diretores das escolas. Sendo assim, torna-se como problema grave se considerarmos a importância deste ensino para o equilíbrio e conversação da biodiversidade.

Na literatura, a Educação Ambiental é evidenciada por possuir uma relação intrínseca com a formação e capacitação docente, seus métodos didáticos, com a gestão escolar e com a construção dos Projetos Políticos Pedagógicos - PPP, já que estes, orientam os projetos e ações de toda comunidade escolar. Os principais objetivos desta relação giram em torno da promoção de um ensino ambiental efetivo e capaz de colaborar para a conscientização e desenvolvimento de ações mais responsáveis dos alunos e de toda comunidade escolar nos assuntos referentes ao meio ambiente. Além disso, as escolas precisam dialogar com a comunidade local para identificar os problemas, os anseios e desejos dos indivíduos, gerando e antecipando soluções significativas no processo de proteção e conservação do meio ambiente.

Como instrumento, a prática ambiental é posicionada como forma de redução dos danos ao ecossistema e na sociedade, sendo revelada como meio educativo social, sensível e com caráter de conscientização entre os

Revbea, São Paulo, V. 8, Nº 7:195-210, 2023.

indivíduos. Suas atividades podem ser realizadas nos mais diversos campos, como ambientes formais e informais.

Para Travasso (2015, p. 2), o ensino que envolve os conceitos sustentáveis carrega novos costumes e conhecimentos, sendo que estes, precisam agir de maneira específica nos conteúdos escolares, como projetos e práticas sociais. Esse tema de interesse público, adverte a sociedade com um sinal de alerta sobre as problemáticas existentes e suas possíveis causas futuras.

Em face do evento revelado, o presente trabalho possui como finalidade analisar como os Projetos Políticos Pedagógicos das escolas públicas do Submédio São Franciscano abordam as questões socioambientais. De forma específica, a pesquisa procura observar como as abordagens socioambientais estão apresentadas nos PPP das escolas investigadas, buscando compreender em que medidas os PPP das escolas estão alinhados ao meio ambiente e a realidade da sua comunidade escolar e conhecer as orientações pedagógicas, relacionadas ao ensino ambiental.

Como explicitado anteriormente, a conexão que envolve o homem e meio ambiente é arraigada de conceitos e normas, que fazem com que um dependa do outro em todas as áreas. Desta maneira, uma das formas de mitigar as problemáticas que giram em torno do meio ambiente, está no ensino da EA que leva o comprometimento e uma melhor qualidade na relação entre sociedade e natureza.

Marco Teórico

O surgimento da Educação Ambiental começa a princípio a ser dialogado pelo autor Jean Jacques Rousseau – J.J.R no século XVIII. Na ocasião foi salientada a importância de se ensinar temáticas voltadas ao ensino ambiental. O estudo abordado pelo autor ajudou a manter as bases da evolução e ética na Educação Ambiental.

De acordo com Correia (2015, p. 2), Rousseau observou os aspectos de preocupação que relacionava a manutenção e conservação do meio ambiente, pois através dela, era destinada toda produção e suprimento natural do homem. Diante disto, as dificuldades entre o meio ambiente e o ser humano começaram a se apresentar de forma frequente, implicado no aumento da população e suas necessidades, além de atribui às problemáticas ecológicas às más escolhas do homem realizadas no decorrer dos anos.

Em continuidade ao processo de evolução ambiental na educação é possível destacar que em meados de 1911, a chefe de gabinete americana “Anna Botsford Comstock”, foi uma das responsáveis por ampliar as discussões sobre a “Sustentabilidade e o ensino infantil”. Nos seus estudos, o uso da temática ambiental no processo de aprendizagem era essencial por possuir valores sociais arraigados, e com isto, obter ajuda de figuras

importantes no cenário internacional, bem como a participação na causa de docentes e pesquisadores.

A ligação entre as temáticas abordadas mostrou-se eficaz quando é colocada em ação, fazendo com que exista uma descoberta, um novo cenário para o ensino em um lugar coeso. Ainda segundo a autora a conservação dos recursos naturais faz com que as nossas crianças tenham interesse nesta nova descoberta.

Durante os anos de 1920 e 1930 junto aos acontecimentos impactados pela Grande Depressão ocorrida nos Estados Unidos, existiu também o conservadorismo de uma Educação Ambiental que estava focada no saber científico, baseado em histórias e pesquisas de campo, ajudando na interação social e na resolução de algumas problemáticas relacionadas ao estado econômico mundial. Nisto, consistiu o debate aos conteúdos ambientais nos âmbitos de ensino público como forma de diretriz e norma pública, sendo neste aspecto, uma oportunidade de ver o tema nas diversas esferas públicas e ações sociais, carregando o sentido de transformação e amadurecimento social.

Os impactos ambientais entre às décadas de 1950 e 1960 decorrentes do impulso industrial mostrou-se um grande problema a comunidade geral. O conflituoso status em que o homem estava, fez com que sociedade se posicionasse de forma crítica sobre o modelo prestado pelas grandes indústrias automotivas, mesmo estando o seu processamento industrial em alta. As consequências destes resultados trouxeram algumas eventualidades que estigaram a análise sobre o desenvolvimento industrial, fazendo com que tais eventos viessem a colocar em discussão, o bem estar humano e o cuidado com a natureza.

Educação e Políticas Ambientais no Cenário Brasileiro

No Brasil, as atividades relacionadas a Educação Ambiental foram promovidas a partir da década de 1934 na Constituição Federal. No dispositivo do art.5º é descrito um capítulo com os objetivos e metas que deveriam traçar a responsabilidade das diretrizes educacionais, através de um plano diretor que discutisse o preparo do indivíduo para a sociedade e o dever do Estado, sendo essa a primeira publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB.

O início do ano de 1970 ganhou-se impulso o estudo sobre a conservação do meio ambiente. A partir da criação do envolvimento das Políticas Públicas nos anos de 1972 foram sugeridas ações, que viessem viabilizar o desenvolvimento ambiental em diversos setores. Com a criação das chamadas “Agendas Governamentais” as temáticas começaram a serem dialogadas em seus planos de governo, surgindo assim, setores específicos para as atividades de meio ambiente, como a criação da Secretaria Espacial do Meio Ambiente – SEMA, sancionada pelo Governo Federal através do decreto 36.495 de 2011, que tem por finalidade coordenar, controlar e fiscalizar a

Revbea, São Paulo, V. 8, Nº 7:195-210, 2023.

atuação dos órgãos técnicos e administrativos da Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade; promovendo articulação institucional para captação de recursos voltados para o desenvolvimento sustentável do Estado.

As Políticas Públicas são entendidas como uma forma de expressão de poder que visa a solução dos problemas por meio de melhorias e criação de metas. Esse conjunto de decisões alcançam a sociedade como um todo, agindo nas necessidades básicas de suporte como saneamento, segurança, educação e meio ambiente. Como normativas elas mostram ao homem seus deveres e obrigações a seguir, promovendo junto aos espaços públicos o bem-estar social e educativo.

É importante salientar que dentro dos aspectos das políticas públicas é possível determinar conceitos diversos, que vão desde ao processo de decisão que envolvem os interesses políticos, em que o estado tem o poder de decisão de fazer ou não determinada ação, ou das políticas públicas que podem agir como projetos ou programas sociais.

No decorrer de 1977 por meio da Conferência Intergovernamental realizada pela Organização das Nações Unidas – ONU, na cidade de Tbilisi capital da Georgia, trouxe a cooperação de 66 países membros e não membros para o debate sobre a melhoria do meio ambiente. A partir daí os temas ambientais ficaram marcados na sociedade por tratar especificamente da “Educação Ambiental” nos mais diversos setores, e nisto, foi possível trazer ao cenário, o tema “Educação” como essência ao homem.

Através da Declaração feita no evento foram adotados alguns critérios que ajudaram nos esforços em desenvolver a Educação Ambiental nos níveis nacionais e globais. Neles, são relacionadas as características físicas dos ambientes, as formações dos profissionais, as culturas e a economia, objetivando a participação dos aspectos ambientais em cada um deles.

Segundo Santos (2002, p. 268), a Política da Educação Ambiental é vista como crucial componente nos processos de superação, emancipação e da diversidade na cidadania. Além disto, por meio dela é possível construir possibilidades junto as políticas públicas, contribuindo para o crescimento coletivo.

Na década de 1980 a trajetória da Educação Ambiental no Brasil toma sua direção como parte do processo político, isto claro, devido aos momentos já vivenciados em anos anteriores e que progrediram na democratização Brasileira. Com isto, política nacional utilizava como base as normativas federais de Lei 6.803 de 1980 e a Lei de Zoneamento Industrial 6.938 de 1981, que estabeleceram a estrutura burocrática da administração pública nacional. Segundo Carvalho (2002, p. 17), as atividades ambientais ganharam destaque na difusão de conteúdos de direitos sociais.

A partir destes acontecimentos foi iniciado a inserção da Educação Ambiental de maneira interdisciplinar nos mais diversos âmbitos, sejam eles na comunidade, instituições de ensino ou em empresas. O surgimento dos

chamados Projetos Políticos Pedagógicos (PPP), vieram juntamente nessas transformações e acompanharam as reformas políticas que aconteceram.

Com a garantia das atividades legais publicadas na Constituição Federal de 1988 foi estabelecida no ano de 1991, com a autorização do Presidente em época: Fernando Collor de Mello, que a temática seria um conjunto de ações e utilizada como instrumento político pedagógico, onde deveria ser ministrada em todos os níveis de ensino.

No ano de 1992 foi criada uma Comissão para a Conferência Rio 92 que trataria dos temas ambientais e do desenvolvimento humano. O evento ficou conhecido como a “Cúpula da Terra” realizada na cidade do Rio de Janeiro e contou com a presença de 179 países. O objetivo da Conferência foi criar uma Agenda de ação Internacional com questões ambientais, que ajudariam na cooperação internacional e nas políticas de desenvolvimento humano no século XXI, trazendo a Sustentabilidade como meta.

A integralização da EA veio juntamente com os compromissos firmados no Rio 92 na criação do Programa Nacional de Educação Ambiental – PRONEA. O ProNEA assegurou os processos existentes para a Educação Ambiental objetivando a capacitação e participação da comunidade, onde tais mudanças potencializam o planejamento estratégico. O Ministério da Educação – MEC colocou em discussão novas propostas que viessem articular o sistema de ensino Nacional. Estes debates foram apresentados no decorrer dos anos, onde surgiu a nova versão da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) no ano de 1996. Através dela a Educação Ambiental ganhou um novo espaço de discussão.

De acordo com Boff (2016, p. 20), o atual cenário nos leva a um modelo de vivência crítica que extrai inconsequentemente, a matéria prima da natureza sem reposição adequada. Essas ações refletem de forma negativa no sistema ecológico e na vida social, sendo um desafio a ser enfrentado pelas gerações futuras.

Devido ao processo de mudança nos princípios organizacionais e de evolução no decorrer dos anos, existiu a necessidade de se ter novos parâmetros que assegurassem o ensino qualidade, conforme referenciado em eventos anteriores. Assim, criou-se os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN's no ano de 1997.

Os PCN's foram criados para solucionar as diferenças existentes na sociedade brasileira respeitando a cultura, política e diversidade de cada região. Considerando a importância do ensino público, ela busca um pensamento comum educativo pretendendo criar um suporte no sistema de ensino educativo, permitindo ao educando o conhecimento de qualidade e exercício da cidadania.

Nos Parâmetros Curriculares a Educação Ambiental surgiu como um integrante transformador do ambiente escolar, o qual identificará os elementos necessários para o desenvolvimento dos alunos. Nesta perspectiva, os PCN's

Revbea, São Paulo, V. 8, Nº 7:195-210, 2023.

procuram integrar de modo interdisciplinar as disciplinas propostas pelos docentes com as temáticas ambientais.

Para tanto é importante lembrar que as propostas curriculares são elaboradas de acordo com as normativas federais, que destacam que os conteúdos da educação básica sejam difundidos nos valores fundamentais da sociedade. Com a necessidade de definir uma Lei específica para o desenvolvimento da Educação Ambiental foi criada a Lei 9.975/99 regulamentada pelo Decreto 4.281 que inclui o já elaborado Programa Nacional de Educação Ambiental – PNEA.

Como passo importante para a inserção e prática dos conteúdos da Educação Ambiental nos âmbitos de ensino escolar, a Lei se estabelece como componente essencial e permanente da educação, construindo valores sociais, habilidades e competências voltadas essencialmente para os temas sustentáveis.

Os objetivos fundamentais que giram entorno da Lei da Educação Ambiental estão na integralidade dos “múltiplos e complexos” aspectos sustentáveis, pedagógicos, políticos sociais, cultural e científico, que garantem a democratização da participação individual e coletiva. É importante lembrar que todos esses avanços que marcaram o processo articulado e evolutivo da EA, são decorrentes dos princípios inseridos no contexto social, bem como a participação e o fomento da ciência e tecnologia. Neste sentido Oliveira *et al.* (2022, p. 4) se refere as Instituições de Ensino Superior - IES como meios interlocutores responsáveis na promoção social, gerando compromisso nas associações de conteúdos ambientais e suas práticas na trílice formação do educando.

Por princípio, a EA é um dos aspectos legais no método educativo humano. Por meio destes, é que podemos desempenhar a aprendizagem em conjunto e ampliar o conhecimento, aptidões e os valores que são repassados, podendo isto acontecer no ensino formal ou no informal. As informações descritas ao longo dos anos já demonstram a essencialidade de se ter as políticas públicas nos projetos curriculares.

A prática e o cumprimento destes conteúdos nos Projetos Políticos Pedagógicos – PPP's, podem garantir o desenvolvimento adequado em sala de aula. Em alusão aos momentos marcantes da história, a Educação Ambiental não é um tema novo. Entende-se que a incorporação da temática ambiental dia-a-dia nas escolas é algo pouco explorada e que deve ser abordada de maneira enfática nestes cronogramas escolares.

A Ecologia Humana no aspecto educacional

A Ecologia Humana para Marques (2017, p.72) enquanto “Ciência” estuda toda relação do homem e seu comportamento, devendo ser entendida sobre o prisma educacional como detentor de um importante papel no desenvolvimento humano. Os temas ambientais são peças imprescindíveis nas

discussões que envolve a instrução e formação do homem. A busca deste papel, se concentra em saber como essa relação “Sujeito e Ambiente”, se dá frente as mudanças e paradigmas da vida cotidiana.

Tal entendimento produz alterações nos padrões de vivência humana onde a própria “Educação”, já pressupõe uma “Mudança” de hábitos e escolhas sociais.

De acordo com Garcia (2019, p.2) os professores devem possuir em suas habilidades curriculares, competências que ajudem os alunos no preenchimento de possíveis lacunas deixadas no processo de formação infantil. Para ele, é fundamental a presença de práticas e conceitos sobre a Educação Ambiental no sistema escolar, agindo em prol do equilíbrio entre o homem e o meio ambiente.

A necessidade de existir uma ponte que compreenda estes dois sujeitos podem ajudar na solução de problemas sociais, que possam envolver temáticas éticas e políticas públicas existentes.

Projeto Político Pedagógico - PPP

A parte “*Documento Estrutural Escolar*” que alicerça os fundamentos norteadores do ensino nas instituições, tem os PPP como propostas educacionais que serão executadas em um determinado tempo pelo corpo docente. Vindo do latim a palavra “*Projicere*”, se estende ao significado de planos futuros de uma determinada ocasião. De acordo com Gadotti (2001, p. 14) o sentido de um Projeto está ligado ao que é proposto, pois parte da hipótese do sentido de transformação entre o presente e futuro.

Por ter uma característica sistêmica os projetos concebem a ideia de ruptura com as antigas ações e ideais, e dão continuação as novas formas de pensamento. Essas diretrizes são implementadas por via de observações externas e crítica, que trazem novas possibilidades a parte teórica, prática e estrutural das escolas.

Os Projetos Políticos Pedagógicos são concebidos nas ideias do trabalho da gestão escolar e do Conselho Escolar, sendo referenciado pela produção intelectual dos docentes. Neles, existe a provocação de explanar o cronograma desenvolvido em as ações que possam envolver a escola e a comunidade.

A EA pode colaborar para a formação cidadã sendo capaz de agir na realidade socioeducacional e assumir a responsabilidade em um novo ambiente/universo. Os PPP podem articular as escolas de maneira em que o professor possa observar fora das quatro paredes das instituições de ensino, pondo-se fora do processo comum e rotineiro, vendo os principais aspectos e problemáticas que afligem a formação do aluno.

As propostas ambientais nestes projetos devem ser planejadas de maneira macro agindo de modo interdisciplinar. A participação da equipe gestora é fundamental, e deve contar com o apoio dos professores, estudantes

Revbea, São Paulo, V. 8, Nº 7:195-210, 2023.

e da própria comunidade local que moram ao redor da instituição. Assim, é importante agir de forma igualitária nos planejamentos escolares, fazendo que toda ação desenvolvida em conjunto chegue de forma ampla.

Como um ambiente que forma e gera conhecimento na sociedade a escola deve ter desde o seu planejamento e estrutura física, objetivos definidos quanto a sustentabilidade. Para tanto, é imprescindível observar as particularidades e ferramentas que estão neste processo educativo, seja nas estruturas, planejamento pedagógico ou na transmissão intelectual aos discentes.

Por esta razão, é importante ponderar que na criação dos PPP os conteúdos ambientais devem surgir como solução nos desafios e situações diagnosticadas, fazendo com que todo planejamento das ações curriculares, venha ascender o verdadeiro papel das escolas, que é de formar cidadãos preocupados com a sustentabilidade mundial.

Frente a isto, Layrargues e Lima (2014, p.13) afirma que os docentes, quando na elaboração das aulas, devem propiciar em sala de aula discussões acerca das temáticas relacionadas ao meio ambiente de forma democrática, e nela, seja possível envolver temas relacionados a cidadania, justiça e transformação social.

Diante os aspectos apresentados a presente pesquisa teve como objetivo analisar como a Educação Ambiental é proposta e implementada nos PPP na rede de referência estadual de ensino em Juazeiro-BA. O trabalho visa o processo de adequação da temática nos ambientes de ensino, e como é alcançada a questão do desenvolvimento sustentável frente a necessidade crítica socioeducacional.

Materiais e Métodos

A delimitação da presente pesquisa de método Qualitativo iniciou-se pela coleta de dados a partir dos Projetos Políticos Pedagógicos, de quatro Escolas Estaduais que agem como referência na cidade de Juazeiro-BA. Escolhidas por indicação do Núcleo Regional – N10 do Estado da Bahia, as escolas possuem em sua base de ensino uma especialização disciplinar profissional atuando na educação infantil e juvenil.

Nelas, são estabelecidos conceitos operacionais de intersetorialidade no município, articulando e avaliando a estrutura organizacional escolar, bem como as competências e atribuições dos gestores envolvidos. (BAHIA, 2014). De acordo com Moll (2007, p.139) o debate das propostas educacionais interdisciplinares em escolas especializadas no processo de jovens, dá acesso a prática de diversas produções comunicativas e formulação de estratégias.

As escolas selecionadas estão classificadas com o Programa de Educação Integral “Proei”, que busca uma ênfase e integralização nos diversos fatores do ensino, ressignificando a importância do aprendizado institucional na vida do cidadão. O tema AMBIENTAL neste ponto, deverá está

relacionada junto ao Programa Integral as atividades das chamadas “Ciências da Natureza”, nos eixos temáticos da grade de matriz curricular da “Formação Técnica Geral”, ofertada pelo Programa Estadual “BAHIA-SUPROF-SEC” contemplando os três primeiros anos de ensino médio.

Por paridade, todas as escolas selecionadas possuem em seu Projeto Curricular Pedagógico:

I – Ações Multidisciplinar Docente/Aluno - conjunto de horas em atividades com os alunos e de horas de trabalho pedagógico na escola, exercido exclusivamente em Escola Estadual do Programa Ensino Integral, de forma individual e coletiva, na integração das áreas de conhecimento da Base Nacional Comum, da parte diversificada específica e das atividades complementares;

II - Gestão especializada – conjunto de horas em atividade de gestão, suporte e eventual atuação pedagógica, exercida exclusivamente por diretores e vice-diretores nas Escolas Estaduais do Programa Ensino Integral, conforme plano de ação estabelecido;

III - Projeto de vida - documento elaborado pelo aluno, que expressa metas e define prazos, com vistas à realização das aptidões individuais, com responsabilidade individual, social;

IV – Tutoria - processo didático pedagógico destinado a acompanhar e orientar o projeto de vida do aluno, bem como propiciar atividades de recuperação, se necessário.

A pesquisa contou com dados bibliográficos, artigos conexos ao tema e informações adquiridas por meio de sites governamentais e não governamentais.

A fim de construir uma base de informações sobre a pesquisa documental foi realizada a compilação dos PPP e de Leis pertinentes a temática ambiental. Como critério de inclusão na amostragem foram selecionadas escolas de ensino público, e de exclusão, instituições de ensino privado.

Para que fossem coletadas as informações pertinentes aos PPP foram entregues aos gestores o Termo de Consentimento Livre Esclarecido – TCLE, informando que a pesquisa garantiria os direitos dos participantes reservando o anonimato dos pesquisados. Salienta-se em tempo oportuno o aspecto quantitativo quanto a análise do objeto onde é referida em uma pesquisa descritiva a relação dos sujeitos (ANDRÉ, 1995. p. 29)

Como parte da investigação os documentos foram copiados e digitalizados a fim de facilitar a análise. A discussão, interpretação e classificação dos PPP foram desenvolvidos com base na Análise de Conteúdo de Bardin (1977. p. 24). Foram apresentados os objetivos e metodologias aos participantes, a qual defende a importância e necessidade da inclusão ambiental junto as políticas pedagógicas na gestão de ensino.

Revbea, São Paulo, V. 8, Nº 7:195-210, 2023.

A presente temática contém um processo histórico amplo quando tratado em âmbitos educacionais, e por isto, existiu a necessidade de observar os aspectos que marcaram o processo de inclusão da Educação Ambiental ao longo dos anos. Quanto as ferramentas de pesquisa para os artigos científicos, foram utilizados os portais periódicos CAPES, Scielo e Google Scholar “Acadêmico”, e para gerenciar as referências bibliográficas utilizou-se o Software Mendeley.

O presente artigo coloca em destaque elementos que abordam o propósito da EA enquanto normativa e instrução educacional, seu desenvolvimento e como é compreendida o ensino formal, e como deveria se posicionar frente aos problemas ambientais.

Resultados

Na existência de diversas dificuldades que auxiliam a austeridade do processo pedagógico escolar aos temas ambientais em seu planejamento, pôde-se destacar na análise da pesquisa, alguns fatores como: desassociação entre teoria e prática, ausência de programas e projetos que envolvam a comunidade local, a falta de participação das Instituições de Nível Superior (IES), e a atuação dos aspectos normativos ambientais sejam federais, estaduais e municipais.

Cada escola em sua particularidade está em processo de mudança estrutural, sendo reformulada toda parte física dos prédios escolares, bem como o ajuste para a inserção do PROEI na parte administrativa e pedagógica. As escolas selecionadas para abordagem analítica, não possuíam suporte ou adequação para determinadas atividades estabelecidas pelo governo do estado, para o programa integral de educação, como por exemplo: Laboratórios Científicos, Áreas de Interação Educativa adequada (Quadras esportivas/Auditórios) e Áreas Sociais de Leitura.

Através da investigação constou-se como documento oficial pedagógico escolar, os Projetos Políticos Pedagógicos. Por meio da coleta dos documentos nas escolas estaduais selecionadas, foram verificados por meio da análise documental a ausência de conteúdos e itens essenciais no processo de Educação Ambiental curricular. Para Fazenda (2011, p. 59), os conteúdos de formação educacional inseridos neste processo poderão auxiliar a gestão de ensino na criação e inovação de metodologias interdisciplinares, desenvolvendo um senso crítico social e novas percepções materiais dos discentes.

Por vezes, a falta de abordagem dos temas ambientais demonstra carência destes conteúdos na concepção de um planejamento escolar. Assim, a práxis ambiental quando não aplicada pode ocasionar ao decorrer do tempo grandes impactos negativos no processo de formação socioeducacional, como abordado em estudos recentes pela USP (2021), onde a teoria e a prática do ensino são importantes ferramentas para a formação destes. Segundo

Fazenda (2011, p. 61), a interação dos conteúdos disciplinares de maneira interdisciplinar é uma das formas de integração de conhecimento, o que provocará quando abordada, uma conexão entre a educação com os princípios sustentáveis.

Debater os problemas ambientais nos projetos curriculares é uma das dificuldades encontradas nas instituições de ensino pesquisada. Por vezes, os PPP possuem uma característica disciplinar, sendo insuficiente relacionar demais áreas em seus conteúdos. O problema apesar de crítico, deve ser direcionado a promoção de valores que favoreça múltiplos métodos de aprendizagem aos discentes como abordado por Guimarães (2004, p. 24).

Após isto, o primeiro aspecto relativo à construção e desenvolvimento dos projetos pedagógicos, foi a verificar se todas as escolas possuíam em seu acervo documental o Projeto Político Pedagógico. Com a sinalização de que havia tais documentos nestas instituições por normativa e padronização, as escolas passam a corresponder as propostas pedagógicas escolares, sendo respaldadas pela Base Nacional Comum Curricular – BNCC.

Nesta perspectiva, a análise de conteúdo proporcionou observar de forma clara que apesar de terem a documentação proposta, e serem referências em níveis de instrução, porte físico e outras modalidades de ensino, as escolas escolhidas possuem em similaridade, uma desatualização no cronograma regular sobre a temática ambiental, a qual percorre mais de três anos. Outras ausências importantes na construção dos projetos pedagógicos, é a não composição de participação da comunidade no desenvolvimento dos planos, projetos escolares, e a não construção de uma agenda ambiental como proposta pela MMA e a A3P.

É importante lembrar que as etapas e prazos estabelecidos por meio dos PPP devem estar atualizados em todos os aspectos e estruturas, pois através destas fases de organização, as informações elaboradas pelo corpo docente devem ser levadas a coordenação das escolas, onde poderão referenciar as atividades propostas para o ano letivo.

Por meio do levantamento de dados também foi possível identificar como descrito no quadro abaixo, que dentro deste universo de pesquisa, apenas 25% das escolas analisadas possuem conteúdos voltados a Educação Ambiental, bem como, foi identificado a falta de Interdisciplinaridade ambiental entre as disciplinas lecionadas nestas instituições. Além disto, até a presente data, 100% do “Acervo Bibliotecário Escolar” como (livros, artigos, revistas) de cada instituição que disponibiliza aos estudantes, estão defasadas ou desatualizados, e 50% delas não possuem material didático destinados aos alunos.

Quadro 1: Último ano de Atualização do Projetos Políticos Pedagógicos.

Último Ano de Atualização			
Escola -1	Escola -2	Escola -3	Escola -4
2016	2017	2019	2018

Fonte: Autoria Própria.

Revbea, São Paulo, V. 8, Nº 7:195-210, 2023.

Os aspectos ambientais devem estar presentes em conteúdos pedagógicos inseridos de maneira interdisciplinar, como Educação Ambiental, fortalecendo a relação, visão e comprometimento social. Quando detectado a fragmentação dos assuntos relacionados a EA, fica nítido que concentrar e difundir as informações acerca da sustentabilidade nestes planos de aulas, é a forma correta para que exista a interdisciplinaridade entre as disciplinas, gestão e comunidade como é abordado no Plano de Governo Educacional Ambiental.

Projetos ambientais que ficavam como um apêndice são concebidos e planejados em diálogo com a estrutura pedagógica de cada escola. Ações que ignoravam secretarias de educação e a autonomia escolar, reconhecem que é preciso dialogar com o mundo da educação e intervir nas políticas públicas para que práticas viáveis sejam democratizadas (BRASIL, p. 70, 2007).

Sobre a abordagem, localização e de como são tratados os conteúdos ambientais no prisma do desenvolvimento produção das práticas ambientais, pôde-se constatar que apenas 25% das instituições de ensino analisadas, abordavam a temática ambiental junto a programas de extensão universitárias, com palestras e ações internas nas próprias instituições de ensino. Devemos lembrar que no ponto de vista educativo, as ações extensionistas são colocadas como oportunidades de expandir o conhecimento do discente.

Para os docentes, a elaboração dos PPP de maneira inclusiva e participativa, podem definir suas estratégias, sem estar descontextualizada com a realidade ou com a vivência dos mesmos.

Os dados obtidos mostram que os conteúdos ambientais dependem de um processo de planejamento colaborativo, dinâmico e flexível. A falta dela ou abordagem de maneira isolada, poderá gerar percar irreparáveis aos indivíduos no seu processo de humanização, sendo este, o papel da escola, que poderá colaborar com os avanços, orientações e na conscientização ambiental.

Conclusão

As instituições de ensino atuam no aperfeiçoamento social e estão direcionadas a serem mediadores no processo de ensino-aprendizagem. Sobre este prisma, elas precisam ter temas “Sustentáveis” como meio diretor responsável no comportamento e mudança do homem frente aos tópicos ambientais. Neste sentido, o professor tem o papel fundamental de ser mediador do processo da educação, levando o aluno a ser o sujeito ativo e participante na construção do conhecimento.

Além disto, o planejamento pedagógico escolar através do PPP deve ter como intenção um olhar ampliado acerca dos temas sustentáveis, não apenas local, mas global, notando à origem destes e buscando formas que ajudem a superação dos empecilhos que se apresentam neste cenário.

O objetivo central do desenvolvimento de temas ambientais nos Projetos Políticos Pedagógicos, está em resgatar de forma geral o “*Cuidado ao*

Meio Ambiente", e para isto, deve-se observar o convívio do homem com o meio, e de forma crítica, transformá-lo no que diz respeito a relação social, instruindo a uma vida de prática educativa. Os temas ambientais exigem um envolvimento interdisciplinar de demais áreas, e como evidenciado na pesquisa, às estratégias de práticas diretas, como inserção de novos conteúdos em componentes obrigatórios nos projetos, podem trazer uma conexão entre discentes e docentes definindo parâmetros sustentáveis, garantindo diversas iniciativas que conservem a EA nos mais amplos espaços de aprendizagem.

Podemos concluir que diante dos resultados os currículos escolares em disciplinas da Ciências da Natureza, devem cumprir um desempenho importante na formação dos educandos para a vida social, onde deverá ter a importante participação dos programas pedagógicos em projetos universitários de Educação Ambiental, o qual poderá impactar no estímulo conduzido pela IES fora do ambiente escolar, pois através destes projetos junto aos conteúdos escolares, ocorrerá uma maior participação relações "homem-ambiente", bem como nas ações cognitivas de desenvolvimento nas questões ambientais.

Referências

ANDRÉ, M.E.D.A. **Etnografia da prática escolar**. São Paulo: Papirus. p.29-114, dez/1995.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo. Editora Person/Edições 70. p, 24-281, nov/1977.

BOFF, L. **Sustentabilidade: o que é o que não é**. Petrópolis. 5 ed. Revista e ampliada: Vozes. p,20-200, out/2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei 9.795**, de 27 de abril de 1999: Dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, Brasília, p.28, abr/1999.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: proposta preliminar**. 2ª versão revista. Brasília: MEC. p,41-652, abril/2018.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: meio ambiente e saúde**. Brasília, MEC. V.9. p,32-53, set/1997.

CANDAU, V. M. **A didática e a relação forma/conteúdo: Rumo a uma nova didática**. Petrópolis: Vozes, p. 26-32, mar/1995.

CARBONELL, J. **A aventura de inovar: a mudança na escola**. P. Alegre: Artmed. (Coleção Inovação Pedagógica, v. 1). p.50-120. jan/2002.

CARVALHO, I.C.M. Educação Ambiental crítica: nomes e endereçamentos da educação. In: LAYRARGUES, P.P. (Coord.). **Identidades da Educação Ambiental brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, Diretoria de Educação Ambiental. p.17-24, fev/2004.

Revbea, São Paulo, V. 8, Nº 7:195-210, 2023.

COLLET, S.A.O., MORELLO, C. **A Influência dos Agrotóxicos no Meio Ambiente e na Saúde Humana**. Cadernos PDF, Versão On-line, ISB 978-85-8015-076-6. Paraná: p.4-13, nov/2013.

COPELLO LEVY, M. I. Escola ambientalizada e formação de professoras: compromissos e desafios. *In*: TAGLIEBER, J. E.; GUERRA, A. F. S. **Pesquisa em Educação Ambiental**: Pensamentos e reflexões. Pelotas, UFPel. p, 105-143. out/2004.

CORREIA, M.L.A. **ROUSSEAU**: Meio Ambiente e Ética Ambiental. UNIFOR, Ceará. p. 2-25. jun/2015.

FAZENDA, I.C.A. **Interdisciplinaridade**. São Paulo: PUCS. p. 59-138, jun/2011.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra. p.1-148, fev/1997.

FUMEC. Fundação Municipal **Para Educação Comunitária**: Constituição de 1988. Página inicial. Disponível em: <http://www.fumec.br/cerai/docs/constituicao_federal_de_1988.pdf>. Acesso em 22 fev.2022.

GARCIA, V.E. Educação Ambiental para a sustentabilidade: formação continuada em foco. Minas Gerais. **Revista Multidisciplinar**. p. 1-25. mai/2019.

GADOTTI, M. **Pedagogia da Terra**. São Paulo: Peirópolis. p. 1-217. jun/2001.

GUIMARÃES, M. **A formação de educadores ambientais**. Campinas: Papirus. p.1-174, abr/2004.

KITZMANN, D. **Ambientalização de Espaços Educativos: Aproximações Conceituais e Metodológicas**. Rio Grande: FURG. p.1-22, jun/2007.

LAYRARGUES, P.P.; LIMA, G.F.C. As macrotendências político-pedagógicas da Educação Ambiental brasileira. **Ambiente e Sociedade**. São Paulo V: XVII. p. 13-18, abr/2014.

MARQUES, J. **Raízes da Ecologia Humana**: Sociedade Brasileira de Ecologia Humana. Paulo Afonso: Oxente. Org. p. 72-230. out/2017.

OLIVEIRA, H.F.F.; PEDRO, A.M.; ANDRADE, R.S.; MOREIRA, V.J.S.B.; BOTEZELLI, L.; IMPERADOR, A.M. Educação Ambiental no ensino Superior: Uma análise do Currículo do Curso de Pedagogia em uma Universidade Federal de Minas Gerais. São Paulo. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, v. 17, n. 5, p. 23–32, 2022.

SANTOS, B.S. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 63. Coimbra:fora. p. 268-280. jan/2002.

SATO, M. **Educação Teoria e Prática**. São Carlos: Rima, p. 24-35, fev/2002.

SILVA, M.L. A Escola Bosque e suas Estruturas Educadoras- uma casa de Educação Ambiental. *In*: MELLO, S.S.; TRAJBER, R. (org.). **Vamos cuidar do Brasil**: conceitos e práticas em Educação Ambiental na escola /Coordenação:.. – Brasília: Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental: Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental: UNESCO, p.116-245, mai/2007.

SOUZA. N.S. A carência da Educação Ambiental nos Projetos Políticos Pedagógicos de escolas públicas no submédio do Vale do São Francisco. **Trabalho de Conclusão de Curso** (Ciências Sociais), Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF, Juazeiro-BA. p.15-61, out/2018.

SOUZA. N.S. Políticas públicas e sustentabilidade: impactos positivos e negativos em um estado pandêmico. **Anais** do VI WIPIS – III Sustentare. Versão On-line PUC-Campinas. p.2-8, nov/2020.

TRAVASSOS, E.G. A Educação Ambiental nos currículos: dificuldades e desafios. **Revista de Biologia e Ciência da Terra**, v.1, n 2. Belo Horizonte. p. 2-11, dez/2011.

USP. Universidade de São Paulo. **Educação Ambiental como Meio de Desenvolvimento e Ações de Sustentabilidade**. Página inicial. Disponível em: <<https://www5.usp.br/noticias/meio-ambiente/educacao-ambiental-como-meio-de-desenvolvimento-e-acoes-de-sustentabilidade>>. Acesso em 22 fev. 2022.